



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2013.0000095715

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0001472-34.2005.8.26.0431, da Comarca de Pederneiras, em que é apelante ANA MARIA DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado LUIZ CARLOS LEONEL DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PEDRO BACCARAT (Presidente sem voto), JAYME QUEIROZ LOPES E ARANTES THEODORO.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013.

Palma Bisson
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001472-34.2005.8.26.0431

APELANTE : ANA MARIA DOS SANTOS

APELADO : LUIZ CARLOS LEONEL DOS SANTOS

COMARCA : PEDERNEIRAS

V O T O Nº 17.961

Ementa: Acidente de trânsito – ação de indenização por danos materiais e morais – sentença de improcedência – apelação da autora - despicienda era a prova da incapacidade e do seu nexo com o acidente, se o decreto de improcedência veio fundado na falta de prova da culpa do demandado do modo como foi essa pela demandante desenhada e tal fundamento se sustenta à luz dos dois únicos testemunhos presenciais colhidos, tornando incontornável aquele desfecho, razão pela qual nulidade não se divisa na sentença guerreada nem a necessidade de ser ela reformada - recurso improvido.

RELATÓRIO

Ação de indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito que Ana Maria dos Santos moveu em face de Luiz Carlos Leonel dos Santos, foi julgada improcedente pela respeitável sentença de fls. 258/261, de lavra da MM. Juíza de Direito Ana Carolina Achôa Aguiar Siqueira de Oliveira, na esteira da seguinte

Apelação nº 0001472-34.2005.8.26.0431
Voto nº 17.961



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

motivação: "A ocorrência do acidente automobilístico descrito pela autora restou amplamente demonstrada através dos documentos que instruíram a inicial, em especial pela cópia do Inquérito Policial de fls. 11/32, não havendo dúvidas quanto ao envolvimento dos litigantes no evento, o que de resto foi igualmente confessado pelo requerido. Cumpre averiguar assim, se deste fato resultou à autora o direito de ser indenizada pelo réu, na forma e nos montantes dos danos por ela noticiados. Para nascer a responsabilidade aquiliana, exige a lei civil o preenchimento de quatro requisitos essenciais, sem os quais inviável a condenação ao pagamento de indenização, sendo eles: a ação ou omissão; o dano; o nexo de causalidade entre o primeiro e o segundo e a culpa. A ação do requerido de conduzir o veículo Ford/Escort, ano 1996, cor verde, placa MMZ-1108, chassi nº BAFZZZ54ATJ024646 foi por ele admitida em contestação, estando ainda certificada no Boletim de Ocorrência acostado aos autos. No tocante à culpa, a prova dos autos se mostra conflitante e insuficiente para formar um juízo favorável à pretensão da requerente. Isto porque, o depoimento das duas testemunhas que efetivamente presenciaram o acidente não se harmonizam. De um lado, a testemunha Márcia (fl. 145) afirma não ter visto policiais no local, tendo o requerido



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

atropelado a autora ao conduzir o veículo em local de trânsito impedido. De outro, o policial militar Ordival (fls. 172/175) relatou que estava com uma viatura no local dos fatos e presenciou o requerido com o veículo parado no meio de um tumulto. Então, algumas das pessoas que se encontravam na aglomeração começaram a chutar o veículo, inclusive a requerente. Tentou dispersá-las com o toque a sirene da viatura, mas isto não surtiu efeito. Então, o requerido começou a movimentar o carro, quando o veículo atingiu a perna da autora, que chutava o automóvel. As demais testemunhas relatam o atropelamento, mas não o presenciaram, apenas tomaram conhecimento do acidente posteriormente, nada podendo esclarecer a este respeito. Deste modo, apesar da narrativa da exordial ser em parte confirmada pela testemunha Márcia, a versão por ela apresentada é igualmente contrariada pelos relatos do Policial Militar Ordival, que estava no local do evento, restando assim dúvidas concretas sobre a imprudência imputada ao requerido. Ademais disso, a circunstância do local estar realmente impedido para o trânsito não restou comprovada, sendo este fato também dissidente nos depoimentos já destacados. Assim, não vislumbrando presente um dos pressupostos necessários para a configuração da responsabilidade civil, consistente na culpa,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

inviável o deferimento do pedido indenizatório, quer em relação ao dano material, igualmente não demonstrado, quer no que se refere ao moral".

Inconformada, apela a autora às fls. 265/271, primeiro suscitando a nulidade da sentença e depois pedindo a sua reforma; ali porque cerceado seu direito de provar "*que existe a incapacidade e o nexo causal com o dano que foi vítima*", sequer tendo sido apreciado seu pedido de "*nova perícia*", necessária para provar "*que em decorrência do acidente não é mais a mesma pessoa*"; aqui porque há prova nos autos "*de que o Apelado estava em alta velocidade, adentrou em local não permitido, agindo sem cautela e dando causa ao acidente*", causando-lhe lesões físicas.

Recurso tempestivo, dispensado de preparo em razão da gratuidade processual deferida à autora (fls. 47) e não respondido (fls. 272Vº - certidão).

FUNDAMENTOS

O apelo não comporta guarida.

Despicienda era a prova da incapacidade e do seu nexo com o acidente, se o decreto de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

improcedência veio fundado na falta de prova da culpa do demandado do modo como foi essa pela demandante desenhada e tal fundamento se sustenta à luz dos dois únicos testemunhos presenciais colhidos, tornando incontornável aquele desfecho, razão pela qual nulidade não se divisa na sentença guerreada nem a necessidade de ser ela reformada.

Pelo exposto, eu nego provimento ao recurso.

É como voto.

Des. PALMA BISSON

Relator